

O Genograma para compreensão do processo migratório de famílias em vulnerabilidade social

Olga Maria Pimentel Jacobina. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal
Acileide Cristiane Fernandes Coelho. Universidade de Brasília. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal

Lorena Braga Antunes Juliano. Universidade de Brasília. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal

Jacques Rheume. University of Quebec. University Integrated Center of Health and Social Services

Resumo

O Trabalho Social com Famílias realizado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) abarca vários desafios. Um deles é a utilização de instrumentos adequados que possibilitem uma compreensão mais abrangente sobre a construção do sujeito, das desigualdades incidentes sobre ele, das estratégias de enfrentamento de vulnerabilidade e a contextualização desse processo em relação ao território em que vive. O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de um relato de experiência, diferentes possibilidades de uso do genograma no trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade em contexto de migração. O genograma mostrou-se um instrumento importante para a compreensão da construção dos vínculos sociais no processo migratório. Este recurso possibilitou tanto para as profissionais quanto às famílias o entendimento da história de vida, da dinâmica de migração, da estrutura de desigualdades que motivam o fluxo migratório e das estratégias de sobrevivência vivenciadas pelas famílias diante das situações de exclusão social.

Palavras-chaves: genograma; território; migração; Trabalho Social com Famílias; vulnerabilidade social.

Abstract

The Genogram for understanding the migratory process of families in social vulnerability. The Social Work with Families performed under the Unique System of Social Assistance (SUAS) covers various challenges. One of them is the use of appropriate instruments that allow a more comprehensive understanding of the subjects' construction, the inequalities that affect them, the strategies to face vulnerability and the contextualization of this process in relation to the territory in which they live. This article's aim is to present, based on an experience report, different possibilities of using the genogram in social work with families in situations of vulnerability in the context of migration. The genogram proved to be an important tool for understanding building social bonds in the migratory process. This resource made it possible for both professionals and families to understand life stories, migration dynamics, the structure of inequalities that motivate the migratory flow and the survival strategies experienced by families in the face of social exclusion.

Keywords: genogram; territory; migration; Social Work with Families; social vulnerability.

Resumen

El Genograma para comprender el proceso migratorio de familias en vulnerabilidad social. El Trabajo Social con Familias del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) engloba varios desafíos. Uno de ellos es el uso de instrumentos adecuados para una comprensión más integral de la construcción del sujeto, las desigualdades que lo afectan, las estrategias para enfrentar la vulnerabilidad y la contextualización de este proceso en relación al territorio en el que vive. El objetivo de este artículo es presentar, a partir de un relato de experiencia, diferentes posibilidades de uso del genograma en trabajo social con familias en vulnerabilidad en el contexto de migración. El genograma resultó ser una herramienta importante para comprender la construcción de vínculos sociales en el proceso migratorio. Este recurso permitió, tanto a los profesionales como a las familias, conocer su historia de vida, la dinámica migratoria, la estructura de las desigualdades que motivan el flujo migratorio y las estrategias de supervivencia que enfrentan las familias ante la exclusión social.

Palabras clave: genograma; territorio; migración; Trabajo social con familias; vulnerabilidad social.

O relato e as reflexões apresentadas neste artigo partem da experiência das autoras na atuação em trabalhos com famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social referenciadas pela proteção social básica na Política Nacional de Assistência Social. Nesse sentido, partimos de um olhar sistêmico norteado pela psicologia social crítica para compreender a dinâmica da migração e o contexto de exclusão social. Realizamos, ainda, uma leitura dialética entre aspectos micro e macrossocial considerando o sujeito, sua história e estruturas sociais. Essa análise entende que o fenômeno da migração é marcado por questões de gênero, raça e classe, com a presença cada vez maior de mulheres que se inserem no fluxo migratório para garantir acesso a direitos para elas e para seus filhos, bem como fugir de situações de violência (Bertoldo, 2018, Rosa, Hillesheim, Weber, & Holderbaun, 2019).

Aliado a essa perspectiva, utilizamos como lente de análise o materialismo histórico dialético. Dessa forma, durante o trabalho social com famílias, buscamos identificar o que Marx (1859/2008) chama de “condições materiais de existência”, que envolvem aspectos histórico-familiares e o modo de produção e obtenção de renda, refletindo as relações sociais estabelecidas a partir do trabalho desenvolvido pelas famílias em suas cidades de origem ou em sua busca por subsistência no contexto para o qual migram. Também apontamos a relevância da compreensão de fatores como acesso a direitos, bens, serviços, moradia, comida e água tanto no território de origem quanto no de chegada. Estes fatores são determinantes para as relações sociais, comunitárias e familiares. Nesse contexto, conforme Singer (1998), numa perspectiva histórico-estrutural, para compreender a migração, é preciso uma leitura dos aspectos econômicos e sociais, pois tal fenômeno estaria condicionado a processos de mudanças da sociedade do desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, na compreensão da totalidade do fenômeno, há o olhar da subjetivação do migrante que se constrói nesta sociedade demarcada por estruturas de desigualdade, mas que carrega marcas ligadas a valores, crenças, histórias familiares e culturais. Olhar essa lógica coletiva, ao mesmo tempo, que diz da construção de identidade é relevante para a compreensão do processo migratório. Essa noção é trazida por Miranda (2019) fazendo uma leitura de Ciampa (2012) sobre identidade e metamorfose em busca de emancipação, a qual, segundo ele, constitui-se por uma rede

de interações e socializações relacionadas ao conceito de autonomia e reconhecimento social.

A história de vida familiar é particularmente potente para a apropriação do processo emancipatório levando ao empoderamento e à elevação da consciência coletiva, conforme definiria Paulo Freire (1970) quando aponta o “empoderamento” como um processo que permite que indivíduos e comunidades tenham mais poder sobre suas situações de vida. Esse conceito inclui quatro dimensões: o desenvolvimento da autoestima; o reconhecimento e o desenvolvimento de habilidades; uma estrutura relacional caracterizada por relações igualitárias; e o desenvolvimento de uma consciência social crítica (Gutierrez, 1995; Wallerstein & Bernstein, 1994). Essas dimensões estão fortemente relacionadas, sendo favorecidas pelo processo de exposição da realidade aliado à reflexão-ação. Desenvolver essa consciência apreciando as singularidades culturais, econômicas, sociais, etárias e que relevem as diferentes origens, individuais e coletivas, é algo essencial ao trabalho de memória histórica (Rhéaume, 2014).

Em relação à existência de comunidades “históricas”, como apontam Robertson e Minkler (1994), elas permitem que as pessoas se liguem por meio de histórias e saberes coletivos e individuais para construção de conhecimentos e orientações que promovam desenvolvimento futuro de cada cidadão e da comunidade. Tais autores constroem a definição de “comunidade” consoante os quatro critérios de McKnight, a saber: foco voltado para as “capacidades”, e não apenas para as deficiências; relações amigáveis e informais; ocorrência de narração de histórias coletivas ou comunitárias; e inclusão de fases de celebração e de luto ou tragédias que revelam a fragilidade da vida comunitária.

Considerando a necessidade desse olhar coletivo e, ao mesmo tempo, com especificidades locais no trabalho que realizamos em comunidades, alguns pontos são relevantes como, por exemplo, conhecer o território e a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem. Para tanto, a compreensão do conceito de território envolve dimensões ligadas às potencialidades, vulnerabilidades e riscos presentes nesse espaço, bem como à trajetória e à história de vida dos sujeitos que o constituem. Portanto, o território não se limita a um espaço geográfico, mas representa arranjos diversos, sendo: “...espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam

os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos.” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 54).

Assim, é relevante que as equipes que executam os serviços socioassistenciais estabeleçam uma relação de vínculo com os sujeitos nos seus territórios criando espaços de convivência para uma compreensão desse contexto a partir da história contada por esses indivíduos (Nascimento & Melazzo, 2013). Além disso, faz-se necessário pensar em recursos e instrumentos para mapear dados e informações referentes à dinâmica territorial, bem como nos costumes e valores de um determinado grupo familiar. Para compreender esses fenômenos migratórios, é preciso conhecer para além dos dados demográficos, incluindo dar visibilidade a questões de gênero, condições de vulnerabilidade e motivações para a migração (Dornelas & Ribeiro, 2018).

As intervenções e a oferta de serviços precisam voltar o olhar para os estigmas que acompanham a formação de territórios marginalizados pelo fluxo migratório de famílias que acabam trazendo outras famílias que, por sua vez, reúnem-se para tentar manter laços já formados no local de origem. Ainda sobre a história transgeracional dessas famílias migrantes, Penso et al. (2008) assinalam que elas são expostas a cortes entre as gerações devido às constantes migrações em busca de melhores condições de sobrevivência, dificultando a manutenção e a transmissão de uma memória familiar através das gerações, bem como da perpetuação de seus rituais. Seguindo a abordagem da história de vida familiar e das trajetórias sociais, Gaulejac (1999) destacou a importância da transmissão intergeracional da “história herdada”. Isso poderia ser analisado mediante quatro recursos evolutivos e mutáveis: materiais (riqueza ou pobreza), culturais (educação, artes), capital social (riqueza ou pobreza de redes pessoais ou familiares) e físicos (saúde ou doença, vida hábitos). Assim, as intervenções podem mitigar danos que as migrações abruptas e constantes possam causar nas famílias em situação de exclusão social e pobreza no Brasil, além de ter foco em fortalecimentos de laços comunitários e de resgate das histórias individuais e coletivas.

Para compreender as histórias desses migrantes e das interações que as atravessam, alguns instrumentos são possíveis. Dentre eles, neste artigo, destaca-se o genograma como uma possibilidade interventiva, o qual consiste na representação gráfica de informações sobre a família e seus laços intergeracionais sendo possível visualizar a dinâmica,

os padrões relacionais, os valores e a sua estrutura (Barreto & Crepaldi, 2017, McGoldrick & Gerson, 1995). Ressalte-se que o genograma pode ser utilizado para contribuir com a vigilância socioassistencial, pois produz e organiza dados, indicadores, informações e análises que contribuem para a efetivação do trabalho social com famílias, compreendendo a necessidade de serviços e intervenções, conforme demandas levantadas. No uso deste recurso em um processo de construção, colaborativo, o genograma pode ser, sobretudo, interventivo, pois, a partir de espaços dialógicos, as famílias podem compreender os processos vividos, resignificando passos de sua trajetória para pensar em estratégias diante das vulnerabilidades.

O objetivo deste relato de experiência é apresentar a utilização do genograma no Trabalho Social com Famílias desenvolvido no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em um equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Distrito Federal. Como objetivo secundário, pretendemos demonstrar a relevância de uma análise apropriada de dados obtidos coletivamente, estabelecendo uma perspectiva dialética entre dimensões estruturais, subjetivas, individuais e coletivas que apontem convergências e contradições em direção a um olhar que gere reflexões e empoderamento dos participantes que contam suas histórias de vida e migração. Portanto, apontamos nosso percurso na utilização do genograma para compreender o processo de migração e da formação de territórios característicos por ocupações intergeracionais de famílias migrantes. A dinâmica familiar no próprio processo de migração constitui um fator básico tanto de continuidade quanto de mudança, conforme ilustrado, por exemplo, no estudo feito por Montgomery et al. (2009), sobre “famílias de refugiados em contexto de exílio”, utilizando uma abordagem para o trabalho com famílias a partir de suas histórias de vida.

Método

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, elaborado no contexto de acompanhamento, por um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS –, de famílias de uma ocupação irregular do Distrito Federal, com as quais foi utilizado o genograma como instrumento para a compreensão do território, dos fluxos migratórios e da formação das redes significativas de afeto e apoio.

Nesse contexto, são características comuns de grande parte das famílias acompanhadas no CRAS: são migrantes do sertão nordestino, todas são beneficiárias do Programa Bolsa Família; a maioria tem suas rendas provenientes da catação de material reciclável; 10 estão abaixo da linha da pobreza, com renda per capita inferior a R\$ 89,00 mensais; 30 responsáveis familiares são analfabetas ou com escolaridade até o terceiro ano do ensino fundamental; todas famílias residem em moradias feitas de madeirite ou madeira reaproveitada.

Instrumentos e Procedimentos

A princípio, as famílias foram convidadas a participar de reuniões mensais para atendimentos coletivos no PAIF e, depois, elas passaram a convidar outros familiares. Após a acolhida individual das participantes, iniciamos encontros com objetivo de compreender a dinâmica dessas famílias no território e buscar estratégias de forma coletiva para atender a demandas familiares e comunitárias. O genograma foi o instrumento utilizado para nortear os encontros e auxiliar na compreensão da relação de parentesco e histórico migratório que havia entre cada núcleo familiar, uma vez que uma das

peculiaridades desse recurso refere-se à possibilidade da construção coletiva de um único mapa por todas as famílias participantes considerando os laços existentes entre elas. Assim, nesses encontros, era fixado um papel pardo na parede da sala onde o grupo acontecia no CRAS para que o genograma fosse desenhado coletivamente e atualizado a cada encontro.

Os dados foram coletados mediante abordagem individual e coletiva das participantes no CRAS utilizando-se entrevista semiestruturada e recursos grupais, que permitiram a elaboração do genograma da família. Nesse contexto, os encontros coletivos foram planejados em uma metodologia de intervenção psicossocial (Lévy, 2001). O grupo contou com seis encontros, realizados ao longo de 2018, conforme descrito na Tabela 1, estruturados na construção e análise do genograma. Assim, temas de interesse das participantes e marcas do movimento migratório que constituem suas histórias foram compartilhados e ressignificados de modo que essas mulheres construíram novos sentidos. A Tabela 1 descreve o número de encontros realizados, quando e alguns dos temas trabalhados.

Tabela 1. Temas dos encontros com foco na construção e análise coletiva do genograma

Encontros	Temas
Encontro 1 (abril/2018)	Início da construção do Genograma. Mapeamento do contexto de migração, quem residia no DF ou no Nordeste no momento anterior à formação do grupo. Construiu-se um plano de acompanhamento em grupo junto com as famílias.
Encontro 2 (maio/2018)	Moradia, escolarização e combate ao trabalho infantil.
Encontro 3 (junho/2018)	CRAS e Unidade Básica de Saúde: A relação entre planejamento familiar, acesso aos serviços de saúde, escolarização, analfabetismo e vulnerabilidade social.
Encontro 4 (agosto/2018)	Reflexão sobre a história de vida das participantes, sobre a diferença entre como era a educação das crianças na época delas e como é agora.
Encontro 5 (setembro/2018)	Migração, transitoriedade, história da família, projetos na vida e benefícios eventuais.
Encontro 6 (outubro/2018)	Fechamento do grupo. Importância da escolarização. Projetos futuros.

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados em duas categorias: representação das famílias pelo genograma, a qual abarca uma análise conjunta das histórias de vida e das estruturas de base das vulnerabilidades enfrentadas

pelas famílias e a segunda se refere à representação coletiva do processo migratório por meio do genograma, que traz a análise dos vínculos e laços, familiares e comunitários, os quais foram construídos coletivamente nas histórias de migração na busca por uma melhoria de vida.

A Representação das Famílias por meio do Genograma

Na atuação do trabalhador da Política de Assistência Social, é relevante e ainda um desafio pensar em métodos que trabalhem com a família considerando a visão que ela própria tem de si, seus valores, crenças, histórias e as interações presentes entre as pessoas que compõem o conceito de família. Conhecer isso a partir da construção de cada participante foi muito relevante para a compreensão das demandas, vulnerabilidades e estratégias de superação a partir dos laços que constroem entre si e com a dinâmica do território. Descrever em forma de imagem essas ligações e a composição dos núcleos familiares que vieram para Brasília e daqueles que permanecem no Nordeste trouxe clareza para as famílias quanto às motivações de cada núcleo no fluxo migratório e do tamanho da rede que se fortalece ou se rompe nesse processo. Assim, considerando o principal objetivo deste relato de experiência, verificamos que a utilização do genograma como instrumento de intervenção mostrou-se um método efetivo para guiar o acompanhamento de famílias e de suas histórias de vida, mostrando laços intergeracionais e dinâmicas relacionais como apontam Barreto e Crepaldi (2017) ao destacarem as possibilidades interventivas do genograma.

Ao construir o genograma, cada participante trouxe sua história não apenas quanto aos arranjos familiares constituídos desde o nascimento e ao longo da vida, mas também quanto aos vínculos que foram formados, fortalecidos ou fragilizados nessa trajetória. Assim, as famílias, apesar de evidenciarem diversas situações de vulnerabilidade, apresentaram-se como uma grande rede de apoio mútuo diante das adversidades. Dessa forma, para uma mãe que precisa trabalhar e não tem com quem deixar os filhos, por exemplo, visualizar no desenho, de forma concreta, quais pessoas da família poderiam apoiá-la foi importante, considerando que o grupo trazia a perspectiva do fortalecimento familiar e comunitário. Assim, além de discutirem novas formas de apoio mútuo, compartilharam informações relevantes obtidas no CRAS ou em outros espaços no território, visando à proteção dos diversos núcleos familiares e levando a um fortalecimento dos vínculos já existentes entre elas. Nesse sentido, as famílias passam a perceber as capacidades e potencialidades do território em que vivem, o que pode contribuir com orientações para o desenvolvimento de si e da comunidade (Robertson & Mnikler, 1994).

Foi possível perceber pelo genograma e pelo relato da história de vida que as mulheres têm destaque na busca de redes de apoio, dos serviços socioassistenciais e de meios de sobrevivência. Conforme identificamos, muitas vezes, elas são protagonistas no processo migratório em busca de uma melhoria de qualidade de vida para si e suas famílias. Essa dinâmica que caracteriza o movimento migratório em uma perspectiva de gênero na luta pela subsistência, conforme Bertoldo (2018), aponta uma necessidade por parte dessas mulheres de acesso à garantia de direitos como educação, alimentação, trabalho entre outras condições de subsistência. Assim, ainda que haja um número significativo de homens no genograma, conforme Figura 1, foi inexpressiva a presença deles como protagonistas na busca por direitos, serviços e no histórico relatado pelas participantes quanto aos fatores que levam à migração.

A construção do genograma pelas participantes trouxe, ainda, compreensão de vulnerabilidades e situações de risco a partir de um olhar transgeracional. Analisando suas histórias, algumas famílias relataram sobre a época em que trabalhavam na roça, quando crianças, e acompanhavam os pais nas vendas de produtos. Essa vivência era “natural”, em que as crianças ajudavam os pais a plantar, pois, se não o fizessem, não teriam nada para comer. Esses relatos foram essenciais para a compreensão das famílias, por exemplo, sobre por que elas naturalizavam o processo de levar seus filhos para a catação de materiais recicláveis. Assim, ao compartilhar histórias de vida e trajetórias sociais, as narrativas trazem marcas transgeracionais, de identidades formadas por “história herdada” (Gaulejac, 1999).

Essa reflexão sobre a história familiar relacionada aos meios de produção, à forma como a família trabalhava e obtinha renda foi realizada ainda para evidenciar que tanto o trabalho na roça quanto o atual, de catador de material reciclável, não estão relacionados isoladamente a fatores de tradição familiar ou decisão individual, mas têm relação, antes de tudo, com a estrutura econômica, jurídica e política da sociedade, com acesso a direitos, bens e serviços. Assim, é possível identificar que essas condições moldam e impactam as dinâmicas familiares, e ditam, sobretudo, condições materiais de existência (Marx, 1859/2008), em que, diante de suas histórias de luta pela sobrevivência, as famílias têm como meio de renda trabalhos, na maioria das vezes, insalubres, com baixa infraestrutura e condições precárias, reverberando na busca de novos espaços territoriais para atender necessidades próprias e assegurar a

manutenção de suas existências sociais. A análise dessas condições foi relevante para pensar nas projeções futuras de ações concretas a serem tomadas para que essas condições materiais sejam transformadas.

A partir da discussão relativa ao trabalho, ao acesso a políticas públicas, tanto no território de origem como em Brasília, foi possível problematizar as situações de risco e as prováveis consequências no contexto atual e no momento em que viveram essas histórias. Após fazer um paralelo entre os recursos disponíveis na época da infância dos pais e os recursos disponíveis na atualidade, ficou mais claro para as participantes o sentido de Leis, Decretos e demais normativas que proíbem o trabalho infantil, por exemplo. Dessa forma, o trabalho social com as famílias pode acontecer com plenitude na medida em que se identificam os recursos tanto das famílias, quanto às obrigações do Estado. Ao utilizarmos uma lente de análise da demanda coletiva para a identificação desses aspectos em uma perspectiva dialética entre dimensões estruturais, objetivas e subjetivas, torna-se possível trabalhar com foco no empoderamento e alcance de direitos e não em um viés com foco na culpabilização das famílias atendidas pelo SUAS.

Nesse sentido, a construção do genograma, além de mostrar esse mapa da rede familiar, de como se dão as configurações e as histórias de vida, também proporcionou compreender vulnerabilidades relevantes para que pudéssemos levantar estratégias de intervenção e acompanhamento. Dentre as vulnerabilidades identificadas, destacaram-se: insegurança de renda e autonomia, vivenciada na cidade de origem e que permanece como marca das condições de vida atual; inseguranças ligadas ao convívio marcadas pela naturalização da violência em alguns núcleos familiares; e insegurança de acolhida na falta de acesso a serviços, bens e escuta qualificada. Por outro lado, fatores ligados a um empoderamento e reconhecimento da história coletiva dessas famílias também foram vistos, nos relatos de vínculo entre as famílias, estratégias para a busca de seguranças mínimas, a identificação da dinâmica de migração e suas motivações, proporcionando um desenvolvimento de uma consciência social crítica, como aponta Freire (1970).

Como fatores ligados a outras políticas públicas que ampliam algumas dessas situações de desproteção, destacaram-se dois, os quais foram pautas recorrentes dos encontros: o alto índice de analfabetismo dos adultos das famílias, conforme aponta a Figura 1, e a dificuldade de acesso à política de saúde. Quando perguntamos

sobre quem dos adultos, naquele genograma, era alfabetizado, elas responderam que somente cinco. Isso levou a uma articulação do CRAS com a política de Educação e de Saúde para minorar o quadro tão grave de exclusão, pois era consenso que qualquer ação de emancipação dessas famílias teria de passar pela garantia de seus direitos mais básicos, como educação e saúde.

Nessa perspectiva, a Secretaria de Educação nos colocou em contato com uma professora que poderia alfabetizar quem tivesse interesse e a Secretaria de Saúde que, além de ampliar a cobertura de atendimento para essas famílias, cedeu espaço em suas dependências para a realização das aulas de alfabetização, pois era o local mais próximo de onde as famílias moravam. Assim, o CRAS mobilizava as famílias para participarem da alfabetização, garantindo o lanche para os encontros com a alfabetizadora. Ademais, realizamos os encontros com as famílias, em que questões vivenciadas pelo grupo eram problematizadas e, além disso, atendemos demandas de cada núcleo familiar para pactuar encaminhamentos para a rede de serviços, quando necessário, e garantir renda e sobrevivência mediante acesso a programas de transferência de renda e benefícios eventuais.

É importante destacar que essa atividade de alfabetização tinha a função de despertar o interesse das famílias para a questão, em um primeiro momento, até que os prazos e oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estivessem ao alcance dessas famílias. As oficinas de alfabetização aconteceram em tempo suficiente para que quatro participantes procurassem se matricular na escola mais próxima assim que os prazos institucionais de matrícula para o EJA se abriram. Posteriormente, tivemos notícias de que outras pessoas da comunidade estavam frequentando o EJA. Dois deles eram maridos das alfabetizadas.

Outro fator notado durante o acompanhamento referiu-se à importância de se perceber a cultura, os valores e as crenças das participantes. Para a equipe, era como se as famílias fossem “estrangeiras no próprio país”, no sentido de que desfrutavam de outros códigos de acesso e pertencimento, diferentes dos adotados neste contexto urbano, em que o letramento é essencial para se conseguirem empregos formais e até mesmo se decodificarem direitos garantidos por Lei.

Representação Coletiva do Território e do Processo Migratório por meio do Genograma

O genograma mostrou como os núcleos familiares se amparam no afeto e se sustentam na construção

de um território. Nesse sentido, as famílias vão estimulando a migração pelo vínculo que têm entre si e pela esperança de superar vulnerabilidades e acabam formando territórios caracterizados pelo contexto da migração e, por serem ocupações irregulares, demarcando maior desproteção pelas condições de moradia e falta de acesso a direitos. Ainda que sofram situações de remoção por estarem em áreas irregulares, algumas famílias reconstróem moradias ainda mais precárias naquela comunidade.

Nessa perspectiva, as famílias trouxeram relatos sobre o que as motivou a deixarem a vida no interior do Nordeste onde tinham casa, escola, médico, mas havia escassez de comida e água. Em razão disso, decidiram vir para o Distrito Federal porque aqui não lhes faltariam alimentos, pois encontram maior quantidade de materiais recicláveis para vender e teriam, segundo relataram, mais acesso a benefícios governamentais que lhes garantem a segurança alimentar. Esses relatos mostraram a importância de ver a motivação para a migração, como apontam Dornelas e Ribeiro (2018), compreendendo esses aspectos não apenas por motivos objetivos, estruturais, mas também por questões subjetivas, tais como de necessidades de aproximação ou ruptura de vínculos, dentre outros fatores, que nos exigem uma análise olhando não só o individual, mas o coletivo, o contexto, o território de origem e de chegada.

Outro compartilhamento que trouxe significado para o contexto de migração foram os ritos e os costumes familiares. Algumas participantes relataram que um dos costumes das famílias era acompanhar as romarias nas cidades vizinhas, momento em que acampavam nas portas das igrejas buscando doações, tais como dinheiro, comida, roupas e brinquedos. Compreender essa dinâmica, com esses ritos familiares, foi essencial para estabelecermos estratégias de atuação respeitando os costumes, a cultura e as histórias sem deixar as crianças em situação de desproteção. Isso não significa que hoje as famílias tenham abandonado práticas que, para elas, são constituintes de suas identidades. Este trabalho nos permitiu acessar um mundo que era fechado para nós. Assim, com a descrição das histórias de vida que se constituíram informações importantes para entender a dinâmica das relações e costumes, bem como, da migração, foi possível pactuar ações que equilibrassem ritos importantes para as famílias com as prerrogativas atuais no que tange à proteção das crianças e à garantia dos direitos sociais.

Com acesso a essas histórias que se somam a outras e motivam o fluxo migratório, verificamos a necessidade de articulação com as políticas locais da cidade de origem dessas famílias para realizar uma análise conjunta do processo migratório e um trabalho preventivo no sentido de se buscar, com essas as famílias, alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades considerando que, a cada movimento de ida e de vinda, elas deixam para trás espaços construídos, alguns laços e ampliam desproteções.

O genograma possibilitou, ainda, que as participantes visualizassem os aspectos intergeracionais no processo migratório e as crenças que vinham acompanhadas em cada geração como “em outro lugar, a vida é melhor”. Além disso, motivações centradas na fuga de situações de violência e conflitos, urbanos e familiares, ao longo de gerações foram aspectos trazidos por algumas famílias. Nesse sentido, a compreensão dessas dinâmicas, por meio das histórias de vida e do contexto de diversas faltas e inseguranças vividas, foi dando sentido ao fluxo migratório e a como o território vai se constituindo quando as famílias chegam ao Distrito Federal. Parte desse trabalho se volta, ainda, para se materializar o mapeamento da rede de apoio e afetos no sentido de que as famílias consigam ver o alcance das redes que as circundam ampliando redes comunitárias e de serviços, buscando cruzar aquilo de potente que o território e as próprias famílias trazem com algumas necessidades identificadas.

Considerações finais

Neste relato de experiência, pretendeu-se mostrar a utilização do genograma, na Política de Assistência Social, como recurso para a compreensão do processo migratório de famílias atendidas pelo CRAS. As histórias de vidas e, sobretudo, as questões estruturais sobre a migração puderam ser discutidas e problematizadas coletivamente. Os recursos utilizados proporcionaram espaços de convivência entre famílias e equipe do CRAS, sendo essenciais para a construção de estratégias para enfrentar vulnerabilidades.

É importante destacar que, via de regra, o genograma costuma ser utilizado com o objetivo principal de representar de forma gráfica informações sobre a família, laços intergeracionais, dinâmica familiar, padrões relacionais, valores, estrutura familiar e processos de comunicação. No entanto, neste trabalho, o objetivo principal foi, muito mais do que analisar esses aspectos

intrafamiliares, identificar a relação desses núcleos familiares com seu território, com sua comunidade e com sua cidade de origem. Assim, propusemos a construção coletiva do genograma como recurso para extrapolar as paredes dos serviços para compreender a relação da família nuclear com a família extensa, bem como do grupo familiar mais amplo com toda sua história de origem, seu território de vivência, os vínculos com os serviços que acessam e os aspectos preponderantes para a questão migratória. Nesse sentido, buscamos demonstrar a relevância de olhar de forma dialética os aspectos coletivos ao construirmos um genograma com famílias que vivenciam processos migratórios.

Essa construção coletiva do genograma foi outro diferencial deste trabalho. Em intervenções anteriores, os genogramas foram construídos de forma individual

com algumas dessas famílias, e a experiência se mostrou importante para percebermos que estávamos diante de vários núcleos familiares de uma mesma família de origem, os quais compartilhavam histórias, singulares e coletivas, impulsionadoras do movimento migratório. Ampliando o olhar, o genograma realizado coletivamente mostra de forma mais clara os aspectos estruturais que ocasionam a migração e também as estratégias que vão sendo utilizadas pelas famílias que vão ditando proteções e desproteções durante essa trajetória. Assim, para sintetizar o caminho que fizemos para o uso do genograma, trouxemos na Tabela 2 alguns aspectos importantes para a utilização dessa ferramenta com a comunidade constituída por essas famílias migrantes. Ressaltamos que as análises e as possibilidades de uso não se esgotam nestes pontos listados, mas foram passos importantes para a construção coletiva.

Tabela 2. Principais aspectos para a construção do genograma coletivo

Principais aspectos
Realizar análise socioterritorial;
Estabelecer relações de vínculo e espaços de convivência nos territórios;
Desenvolver espaços coletivos para compreensão da história de famílias de um mesmo núcleo familiar – identificando estes núcleos e suas ligações de forma prévia;
Construir o genograma ao longo dos encontros com as famílias para que faça sentido aos participantes;
Realizar análises sobre aspectos estruturais que ocasionam o processo de migração;
Verificar similaridades e distinções nas histórias de vida das famílias migrantes.

A partir dessa abordagem, outras intervenções coletivas e participativas podem ser realizadas com indivíduos ou outros núcleos familiares que vivem no mesmo território, compartilhando em grupos as trajetórias de vida intergeracionalmente. Isso pode se expandir em um movimento comunitário de conscientização coletiva, levando a ações e iniciativas sociais em torno das condições de vida, de trabalho, de educação, de moradia e de diferentes questões sociais e de saúde. Um exemplo desse trabalho poderia ter como foco implicações ligadas à questão de gênero, buscando ampliar a participação de homens nesse tipo de abordagem. Outro foco poderia se centrar no trabalho envolvendo os aspectos relacionais entre crianças, jovens e seus pais.

Este trabalho mostrou-nos a importância de compreender o território para além da área de abrangência, somando histórias e laços que ali o constituem. O genograma foi um recurso muito importante para

compreender a dinâmica de uma comunidade constituída por famílias de uma mesma região de origem, as quais são ligadas por laços familiares. Assim, a utilização desse instrumento por profissionais de diversas áreas pode contribuir para um trabalho interdisciplinar, o qual é um recurso que está a favor da vigilância socioassistencial no sentido de produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para a efetivação do trabalho social com as famílias.

Referências

- Barreto, M., & Crepaldi, M. A. (2017). Genograma no contexto do SUS e SUAS a partir de um estudo de caso. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(58), 74-85. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-7841201700020006&lng=pt&nrm=iso
- Bertoldo, J. (2018). Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista katálysis (Florianópolis)*, 21(2), 313-323. doi: 10.1590/1982-02592018v21n2p313

O Genograma para compreensão do processo migratório de famílias em vulnerabilidade social

- Ciampa, A. C. (2012). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Dornelas, P. D., & Ribeiro, G. N. (2018). Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. *O Social em Questão*, 21(41), 247-264. Recuperado de http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_11_Dornelas_Ribeiro.pdf
- Freire, P. (1970). *Pedagogy of the oppressed*. Nova Iorque: Continuum.
- Gaulejac, V. De. (1999). *L'histoire en héritage. Roman familial et trajectoires sociales*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Gutierrez, L. (1995). Understanding the empowerment process: Does consciousness make a difference? *Social Work Research*, 19(4), 229-237. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/42659258>
- Lévy, A. (2001). A mudança: esse obscuro objeto de desejo. In M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo, & S. Roedel (Orgs.), *Psicossociologia: análise social e intervenção* (pp. 121-131). Belo Horizonte: Autêntica.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular. (Obra original publicada em 1859)
- Mcgoldrick, M., & Gerson, R. (1995). Genogramas e o ciclo de vida familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As Mudanças no ciclo de vida familiar* (2ª ed., pp. 144-166). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2008). *CapacitaSuas. Configurando os Eixos de Mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome* (Vol. 1, 1ª ed.). Brasília: MDS/Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol1_%20Mudanca.pdf
- Miranda, S. C. (2019). O estudo das migrações a partir da Psicologia Social: uma perspectiva crítica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Rio de Janeiro)*, 19(3), 566-582. doi: 10.12957/ep.2019.46903
- Montgomery, C., Xenocostas, S., Le Gall, J., Hamez-Spy, M., Rachédi, L., Laaroussi, M. V. ... Drolet, M. (2009). *Maintaining continuity in contexts of exile: Refugee families and the "family novel" project*. Montreal, QC: Centre de santé et de services sociaux de la Montagne. Recuperado de https://sherpa-recherche.com/wp-content/uploads/Maintaining_continuity-1.pdf
- Nascimento, P. F., & Melazzo, E. S. (2013). Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social em Revista*, 16(1). doi: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p66
- Penso, M. A., Costa, L. F., & Ribeiro, M. A. (2008). Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In M. A. Penso & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos* (pp. 9-23). São Paulo: Summus.
- Rhéaume, J. (2014). Community development and empowerment: A clinical sociology perspective. In J. Fritz & J. Rhéaume (Orgs.), *Community intervention. Sociologia clínica: pesquisa e prática*. Nova Iorque: Springer.
- Robertson, A., & Minkler, M. (1994). New health promotion movement: A critical examination. *Health Education Quarterly*, 21(3), 295-312. doi: 10.1177/109019819402100303
- Rosa, R. C. Q., Hillesheim, B., Weber, D. L., & Holderbaun, L. S. (2019). Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, 5(2), 138-146. doi: 10.21674/2448-0479.52.138-146
- Singer, P. (1998). *Economia Política da Urbanização* (14ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Wallerstein, N., & Bernstein, E. (1994). Introduction to community empowerment, participatory education and health. *Health Education Quarterly*, 21(2), 141-148. doi: 10.1177/109019819402100202

Olga Maria Pimentel Jacobina, Pós-doutora pelo Centre of Addiction and Mental Health/University of Toronto Canadá (CAMH), Doutora e Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), é Especialista em Assistência Social - Psicóloga - na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDES/GDF). Endereço para correspondência: CRAS Guará: EQ 15/26 - Área Comunal 01 - Guará II, Brasília/DF. Telefone: (61) 3773-7401. Email: olgampj@gmail.com ORCID: 0000-0002-4687-2950

Acileide Cristiane Fernandes Coelho, Doutoranda pelo Programa de Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Psicodrama Clínico e Socioeducacional pelo Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Pontifícia Universidade de Goiás - Interpsi (PUCGO); Especialista em Psicopatologia e Psicodiagnóstico pela Universidade Católica de Brasília (UCB), é Especialista em Assistência Social - Psicóloga - na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDES/GDF). Email: acoelho@sedes.df.gov.br ORCID: 0000-0003-3063-4744

Lorena Braga Antunes Juliano, Mestranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida

(UVA), é Especialista em Assistência Social – Assistente Social – na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDES/GDF). Email: lorenantunes@gmail.com
ORCID: 0000-0002-6107-2716

Jacques Rheaume, Doutor em Sociologia pela Universidade de Montreal, Canadá e Mestre em Psicologia pela Universidade de Sherbrooke, é Professor Emeritus, Sociologist do Department of Social and Public Communication da University of Quebec (UQAM), Membro do SHERPA Research Institute da Universidade Integrated Center of Health and Social Services, Montreal Center-West Area. Email: rheaume.jacques@uqam.ca ORCID: 0000-0003-0416-6705

Recebido em 14.fev.21

Revisado em 28.dez.21

Aceito em 31.jan.22